



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

Procedência: 4º GT

Data: 14 e 15/07/2017

Processo: 02000.002704/2010-22

Assunto: Revisão da Resolução CONAMA nº 03/1990 – Padrões de Qualidade do Ar

PROPOSTA LIMPA

Dispõe sobre padrões nacionais de qualidade do ar, previstos no PRONAR.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de julho de 1990, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando a Resolução CONAMA nº 5, de 15 de junho de 1989, que instituiu o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – PRONAR, e;

Considerando como referência, os valores-guias de qualidade do ar recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2005, bem como seus critérios de implementação;

Considerando que a adoção de Padrões Nacionais de Qualidade do Ar é parte estratégica do PRONAR, como ação complementar e referencial às práticas de controle fixadas pelos demais instrumentos estabelecidos;

Art. 1º Esta resolução estabelece padrões de qualidade do ar para todo o país visando a melhoria da qualidade do ar em linha com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Art. 2º Para efeito desta resolução são adotadas as seguintes definições:

I - poluente atmosférico: qualquer forma de matéria em quantidade, concentração, tempo ou características, que tornem ou possam tornar o ar: impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde; inconveniente ao bem-estar público; danoso aos materiais, à fauna e flora ou prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade e às atividades normais da comunidade.

PROPOSTA PROAM/MPF/FURPA

II - padrão de Qualidade do Ar é um dos instrumentos de gestão da qualidade do ar no território nacional, determinado nesta Resolução como o valor de concentração de um poluente específico na atmosfera, associado a um intervalo de tempo de exposição, visando a preservação da saúde humana, o bem-estar da população e do meio ambiente.

PROPOSTA EMENDA (3GT)

III - Considera-se episódio crítico de poluição do ar a presença de altas concentrações de poluentes na atmosfera em curto período de tempo, resultante da ocorrência de condições meteorológicas desfavoráveis à sua dispersão

PROPOSTA SP (4GT)

III – Padrões de Qualidade do Ar Finais (PF) são padrões determinados pelo conhecimento científico para que a saúde da população seja preservada em relação aos danos causados pela poluição atmosférica.

PROPOSTA SP (4GT)

IV – Padrões de Qualidade do Ar Intermediários – (PI-1, PI-2, PI-3) são padrões estabelecidos como valores temporários a serem cumpridos em etapas, visando a melhoria gradativa da qualidade do ar no território nacional, baseada na busca pela redução gradual das emissões atmosféricas de fontes fixas e móveis; em linha com os princípios do desenvolvimento sustentável.

PROPOSTA SP (4GT)

V - Episódio Crítico de Poluição do Ar – definido pela presença de altas concentrações de poluentes na atmosfera em curto período de tempo, resultante da ocorrência de condições meteorológicas desfavoráveis à sua dispersão

PROPOSTA 1 - PROAM/MPF/FURPA

Art. 3º Os Padrões de Qualidade Intermediários (PI) serão implementados em 3 (três) etapas assim determinadas:

I - Padrão de Qualidade do Ar Intermediário 1 (PI-1) - Entra em vigor a partir da publicação desta norma;

II - Padrão de Qualidade do Ar Intermediário 2 - (PI2)- Valor de concentração de poluentes atmosféricos que deve ser respeitado subsequente ao PI-1, que entrará em vigor 3 anos após a implementação do PI-1;

III - Padrão de Qualidade do Ar Intermediário 3 - (PI-3) - Valor de concentração de poluentes atmosféricos que deve ser respeitado subsequente ao PI-2, que entrará em vigor 3 anos após o PI-2.

Parágrafo único. O Padrão Final (PF) passa a valer subsequente ao PI-3, o qual entrara em vigor 3 anos após o PI-3.

PROPOSTA 2 - MMA/IBAMA/MinSaúde (4GT)

Art. 3º O Padrão Final de Qualidade do Ar deverá ser norteado pelos valores de referência da Organização Mundial de Saúde (OMS) de 2005, com prazo de implementação até 2030.

I - Padrão de Qualidade do Ar Intermediário 1 (PI-1) - Entrará em vigor a partir da publicação desta norma;

II - Padrão de Qualidade do Ar Intermediário 2 - (PI2)- Valor de concentração de poluentes atmosféricos que deve ser respeitado subsequente ao PI-1, que entrará em vigor 5 anos após a implementação do PI-1;

III - Padrão Final de Qualidade do Ar - (PF) – Entrará em vigor até 2030.

§1º Os Estados e o Distrito Federal, deverão apresentar Relatório de Avaliação da Qualidade do Ar, contendo os dados obtidos pelo monitoramento e uma avaliação da evolução da qualidade do ar em seu território e devem conter recomendações para melhoria contínua da qualidade do ar.

§2º Os relatórios deverão ser encaminhados ao Ministério do Meio Ambiente para consolidação ao final do quarto e do nono ano após a entrada em vigor desta resolução.

§3º O Ministério do Meio Ambiente deverá concluir a consolidação **dos relatórios dos Estados e do Distrito Federal** e apresentá-la ao CONAMA até o final **do quinto ano** após a entrada em vigor desta resolução.

§4º O Ministério do Meio Ambiente deverá apresentar ao CONAMA, no décimo ano após a entrada em vigor desta resolução, estudo da Avaliação de Qualidade do Ar Nacional, com análise sobre o alcance progressivo dos padrões de qualidade definidos no art. XX, com base nos relatórios enviados pelos Estados e pelo Distrito Federal.

§5º O Ministério do Meio Ambiente elaborará o Termo de Referência para os relatórios dos estados e do Distrito Federal em até dezoito meses após a entrada em vigor desta resolução, contemplando o conteúdo mínimo especificado no Anexo I.

§6º Os Padrões de Qualidade do Ar definidos **poderão** ser revistos no décimo ano da entrada em vigor desta resolução, pelo CONAMA, com base nos Relatórios de Avaliação de Qualidade do Ar supracitados, a partir dos Relatórios Estaduais e do Distrito Federal recebidos.

§7º Os órgãos estaduais de meio ambiente que não monitoram a qualidade do ar, devem enviar comunicação ao Ministério do Meio Ambiente sobre sua impossibilidade de elaborar relatórios, **nos mesmos prazos definidos no §2º**.

PROPOSTA 3 – EMENDA CNI (1GT)

Artigo Novo - A plena vigência dos Padrões de Qualidade do Ar nos Estados e no Distrito Federal fica condicionada à implementação de Padrões de Qualidade do Ar Intermediários, entendidos como padrões intermediários a serem alcançadas numa redução progressiva da poluição do ar.

§1º – Os Padrões de Qualidade do Ar Intermediários podem ser estabelecidos em até 3 (três) etapas, designadas Padrão Intermediário Etapa 1 – PI1 que deverá ser respeitado a partir de sua publicação, e Padrões Intermediários Etapa 2 – PI2 e Etapa 3 – PI3 que devem ser respeitados subsequentemente, respectivamente ao padrão PI1 e ao padrão PI2.

§2º - A mudança de um padrão intermediário para o seguinte deve ser baseada em justificativa técnica fundamentada em informações consistentes de monitoramento da qualidade do ar, impactos na saúde, impactos no meio ambiente, medidas de prevenção e controle da poluição do ar previstas e implementadas, resultados obtidos dessas medidas, estudos realizados, análise de viabilidade técnica e econômica e benefícios obtidos e esperados com a mudança.

PROPOSTA 4 – SP/RJ/RS/ES – (4GT)

Art. 3 – Os padrões Finais de Qualidade do Ar, determinados nesta resolução, são os valores de referência estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2005.

§1 Os padrões de Qualidade do Ar definidos no Artigo 4º são adotados sequencialmente, sendo que os Padrões de Qualidade do Ar Intermediários PI-1, entram em vigor a partir da publicação desta

resolução.

§2 Os padrões de Qualidade do Ar subsequentes (PI-2, PI-3, PF) serão adotados a partir de uma avaliação efetuada a cada 5 anos pelo CONAMA, com base em proposta conjunta do Ministério do Meio Ambiente e órgãos estaduais de meio ambiente, levando em consideração os Relatórios de Avaliação da Qualidade do Ar apresentados pelos órgãos estaduais de meio ambiente.

PROPOSTA – GOV SP (4GT)

NOVO ARTIGO O Relatório de Avaliação da Qualidade do Ar deve conter os dados de monitoramento, a evolução da qualidade do ar e medidas de prevenção e controle da poluição prevista e implementadas.

§1 Os relatórios deverão ser apresentados no ano anterior à avaliação a ser encaminhada ao CONAMA.

PROPOSTA 3 – EMENDA CNI (1GT)

NOVO ARTIGO. Deverá ser observado o Padrão de Qualidade do Ar, adotado de forma sequencial, conforme definido no §YY do art. XX (parágrafo que define PI1 PI2 etc), para efeito de licenciamento ambiental.

PROPOSTA EMENDA - SP_ES_RS_MG (1GT)

NOVO ARTIGO. Para a gestão da qualidade do ar serão considerados os Padrões de Qualidade do ar e as diretrizes definidas no PRONAR, cabendo aos órgãos ambientais competentes, por regulamentação própria, o estabelecimento dos critérios para licenciamento.

Art. 4º Ficam estabelecidos os seguintes Padrões de Qualidade do Ar:

I – Material Particulado – MP₁₀ (material particulado com diâmetro aerodinâmico equivalente de corte de 10 (dez) micrômetros)

Tabela 1. Padrões de qualidade do ar - material particulado – MP10

Poluente	Período de Referência	PI-1	PI-2	PI-3	PF
		(µg/m ³)	(µg/m ³)	(µg/m ³)	(µg/m ³)
Material Particulado–MP ₁₀	24 horas	120	100	75	50
	Anual *	40	35	30	20

* média aritmética anual

PROPOSTA - MMA/IBAMA/MinSaúde (4GT)

Tabela 1. Padrões de qualidade do ar - material particulado – MP10

Poluente	Período de Referência	PI-1	PI-2	PF
		(µg/m ³)	(µg/m ³)	(µg/m ³)
Material Particulado–MP ₁₀	24 horas	120	100	50
	Anual *	40	35	20

* média aritmética anual

II – Material Particulado– MP_{2,5} (material particulado com diâmetro aerodinâmico equivalente de corte de 2,5 (dois e meio) micrômetros)

Tabela 2. Padrões de qualidade do ar - material particulado MP_{2,5}

Poluente	Período de Referência	PI-1	PI-2	PI-3	PF
		(µg/m ³)	(µg/m ³)	(µg/m ³)	(µg/m ³)
Material Particulado – MP _{2,5}	24 horas	60	50	37	25
	Anual*	20	17	15	10

* média aritmética anual

PROPOSTA - MMA/IBAMA/MinSaúde (4GT)

Tabela 2. Padrões de qualidade do ar - material particulado MP_{2,5}

Poluente	Período de Referência	PI-1	PI-2	PF
		(µg/m ³)	(µg/m ³)	(µg/m ³)
Material Particulado – MP _{2,5}	24 horas	60	50	25
	Anual*	20	17	10

* média aritmética anual

PROPOSTA - CNI

Tabela 2. Padrões de qualidade do ar- material particulado fino – MP2,5

Poluente	Período de Referência	MI-1	MI-2	MI-3	PQA
		(µg/m ³)	(µg/m ³)	(µg/m ³)	(µg/m ³)
Material Particulado – MP _{2,5}	24 horas	75	50	37	25
	MAA*	35	25	15	10

*média aritmética anual

III - Dióxido de Enxofre (SO₂)

Tabela 3. Padrões de qualidade do ar - dióxido de enxofre

Poluente	Período de Referência	PI-1		PI-2		PI-3		PF	
		(µg/m ³)	ppm						
Dióxido de Enxofre	24 horas	60	0,023	40	0,015	30	0,011	20	0,008
	Anual*	40	0,015	30	0,011	20	0,008	-	-

*média aritmética anual

PROPOSTA - MMA/IBAMA/MinSaúde (4GT)

Tabela 3. Padrões de qualidade do ar - dióxido de enxofre

Poluente	Período de Referência	PI-2		PI-3		PF	
		($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	ppm	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	ppm	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	ppm
Dióxido de Enxofre	24 horas	40	0,015	30	0,011	20	0,008
	Anual*	30	0,011	20	0,008	-	-

*média aritmética anual

PROPOSTA - CNI

Tabela 3. Padrões de qualidade do ar - dióxido de enxofre

Poluente	Período de Referência	MI-1		MI-2		MI-3		PQA	
		($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	ppm						
Dióxido de Enxofre	24 horas	125		50				20	0,008

IV - Dióxido de Nitrogênio (NO_2)

Tabela 4. Padrões de qualidade do ar - dióxido de nitrogênio

Poluente	Período de Referência	PI-1		PI-2		PI-3		PF	
		($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	ppm						
Dióxido de Nitrogênio	1 hora*	260	0,138	240	0,128	220	0,117	200	0,106
	Anual**	60	0,032	50	0,027	45	0,024	40	0,021

* média horária

** média aritmética anual

PROPOSTA - MMA/IBAMA/MinSaúde (4GT)

Tabela 4. Padrões de qualidade do ar - dióxido de nitrogênio

Poluente	Período de Referência	PI-2		PI-3		PF	
		($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	ppm	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	ppm	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	ppm
Dióxido de Nitrogênio	1 hora*	240	0,128	220	0,117	200	0,106
	Anual**	50	0,027	45	0,024	40	0,021

* média horária

** média aritmética anual

V – Ozônio (O_3)

Tabela 5. Padrões de qualidade do ar – ozônio

Poluente	Período de Referência	PI-1		PI-2		PI-3		PF	
		($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	ppm						
Ozônio	8 horas*	140	0,071	130	0,066	120	0,061	100	0,051

* Máxima média móvel obtida no dia

PROPOSTA - MMA/IBAMA/MinSaúde (4GT)

Tabela 5. Padrões de qualidade do ar – ozônio

Poluente	Período de Referência	PI-1		PI-2		PF	
		($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	ppm	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	ppm	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	ppm
Ozônio	8 horas*	140	0,071	130	0,066	100	0,051

* Máxima média móvel obtida no dia

VI - Monóxido de Carbono (CO)

Tabela 6. Padrões de qualidade do ar - monóxido de carbono

Poluente	Período de Referência	PI-1		PI-2		PI-3		PF	
		(mg/m ³)	ppm						
Monóxido de Carbono	8 horas*	10	9	10	9	10	9	10	9

* máxima média móvel obtida no dia

PROPOSTA - MMA/IBAMA/MinSaúde (4GT)

Tabela 6. Padrões de qualidade do ar - monóxido de carbono

Poluente	Período de Referência	PI-2		PI-3		PF	
		(mg/m ³)	ppm	(mg/m ³)	ppm	(mg/m ³)	ppm
Monóxido de Carbono	8 horas*	10	9	10	9	10	9

* máxima média móvel obtida no dia

VII – Partículas Totais em Suspensão – (PTS) (material particulado com diâmetro aerodinâmico equivalente de corte de 50 (cinquenta) micrômetros).

Tabela 7. Padrões de qualidade do ar - partículas totais em suspensão - PTS

Poluente	Período de Referência	PI-1		PI-2		PI-3		PF	
		($\mu\text{g}/\text{m}^3$)							
Partículas Totais em Suspensão - PTS	24 horas	240	240	240	240	240	240	240	240
	Anual*	80	80	80	80	80	80	80	80

* média geométrica anual

PROPOSTA MMA/IBAMA/MSaúde 4 GT

Tabela 7. Padrões de qualidade do ar - partículas totais em suspensão - PTS

Poluente	Período de Referência	PI-2	PI-3	PF
		($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)
Partículas Totais em Suspensão - PTS	24 horas	240	240	240
	Anual*	80	80	80

* média geométrica anual

VIII - Chumbo (Pb)

Tabela 8. Padrões de qualidade do ar – chumbo

Poluente	Período de Referência	PI-1	PI-2	PI-3	PF
		($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)
Chumbo**	Anual*	0,5	0,5	0,5	0,5

* média aritmética anual

**Medido nas Partículas Totais em Suspensão (PTS)

PROPOSTA - MMA/IBAMA/MinSaúde (4GT)

Tabela 8. Padrões de qualidade do ar – chumbo

Poluente	Período de Referência	PI-2	PI-3	PF
		($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)
Chumbo**	Anual*	0,5	0,5	0,5

* média aritmética anual

**Medido nas Partículas Totais em Suspensão (PTS)

IX – Fumaça (FMC)

Tabela 9. Padrões de qualidade do ar – fumaça

Poluente	Período de Referência	PI-1	PI-2	PI-3	PF
		($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)
Fumaça	24 horas	120	100	75	50
	Anual*	40	35	30	20

* média aritmética anual

PROPOSTA MMA/IBAMA/MSaude 4 GT

Tabela 9: Padrões de qualidade do ar – fumaça

Poluente	Período de Referência	PI-2	PI-3	PF
		($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)
Fumaça	24 horas	100	75	50
	Anual*	35	30	20

* média aritmética anual

§ 1º O chumbo no material particulado é um parâmetro a ser monitorado em áreas específicas, em função da tipologia das fontes de emissões atmosféricas e a critério dos órgãos ambientais.

§ 2º As Partículas Totais em Suspensão (PTS) e o material particulado em suspensão na forma de fumaça (FMC), são parâmetros auxiliares, a serem utilizados em situações específicas, a critério do órgão ambiental competente.

§3º Ficam definidas como condições de referência a temperatura de 25°C e a pressão de 760 milímetros de coluna de mercúrio (1.013,2 milibares).

§4º A opção pela utilização dos Métodos de Referência ou dos Métodos Equivalentes fica a critério dos órgãos ambientais competentes.

PROPOSTA NOVO Art. - 3º GT

Artigo 6º Os métodos de referência, critérios para aceitação dos métodos equivalentes para medição da qualidade do ar, critérios de localização dos amostradores e de representatividade temporal dos dados, deverão ser definidos em guia técnico a ser elaborado pelo MMA, no prazo de 12 (doze) meses da vigência desta norma.

§ 1º (parágrafo único) Até a publicação do guia técnico mencionado no *caput*, podem os estados adotar os métodos de medição da qualidade do ar internacionalmente aceitos.

PROPOSTA EMENDA (4GT)

§ 2º O guia técnico deverá ser submetido a consulta pública.

PROPOSTA EMENDA (4GT)

Art. 7º A gestão do monitoramento da qualidade do ar é atribuição dos órgãos ambientais estaduais e do Distrito Federal.

PROPOSTA EMENDA (3GT)

Art. 8º Os órgãos estaduais de meio ambiente deverão elaborar um Plano de Emergência para Episódios Críticos de Poluição do Ar, a ser submetido a autoridade competente, visando medidas preventivas com o objetivo de evitar graves e iminentes riscos à saúde da população, com o seguinte conteúdo mínimo:

I - Adotar níveis de Atenção, de Alerta e de Emergência propostos nesta resolução ou outros mais restritivos relativos as concentrações de: dióxido de enxofre (SO₂), material particulado MP10 e MP2,5, monóxido de carbono (CO), dióxido de nitrogênio (NO₂) e ozônio (O₃).

II – Detalhar as ações e providências a serem tomadas e os responsáveis a partir das ocorrências dos níveis de Atenção e de Alerta a fim de evitar o atingimento do Nível de Emergência.

III - Propor medidas restritivas durante a permanência dos níveis acima referidos, sobre as fontes de poluição das áreas atingidas.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Plano de Emergência deverá indicar responsáveis pela declaração dos diversos níveis de criticidade, devendo estas declarações e medidas preventivas serem comunicadas aos órgãos dos governos dos estados, do Distrito Federal, dos municípios, das entidades privadas e divulgação nos meios de comunicação de massa.

PROPOSTA PROAM/MPF/FURPA

Art. 8º Aos órgãos estaduais e do Distrito Federal de meio ambiente compete a aplicação desta Resolução.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na ausência ou omissão do órgão estadual de controle ambiental, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA atuará, diretamente, em caráter supletivo.

(EXCLUÍDO NO 3º GT - DÚVIDAS TÉCNICAS E LEGAIS QUANTO A ESSA REDAÇÃO EM RESOLUÇÃO DO CONAMA)

PROPOSTA PROAM/MPF/FURPA

Art. XX Os órgãos estaduais de controle ambiental informarão a população, mediante inserções na mídia impressa, digital, radiodifusora e televisiva, sempre que forem atingidos os níveis de Atenção e Emergência, esclarecendo-se, ainda, as medidas adotadas pelo órgão de controle ambiental e aquelas que devem ser tomadas pela população para minimizar possíveis danos à saúde

PROPOSTA PROAM/MPF/FURPA

Art. XX Cabe aos Estados a elaboração dos Planos de Atenção e Emergência para Episódios Críticos de Poluição do Ar.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os Planos contemplarão medidas de prevenção de aumento de poluentes e medidas de diminuição de emissão de poluentes, bem como medidas para salvaguarda da população frente à exposição, com o objetivo de evitar iminentes riscos à saúde da população.

PROPOSTA (4GT)

Art. 9º. Os níveis de atenção, alerta ou emergência a que se refere o art. 8º serão declarados quando, prevendo-se a manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão dos poluentes nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes, for excedida uma ou mais condições especificadas nos níveis da tabela a seguir:

I – Níveis de atenção, alerta e emergência para poluentes e suas concentrações:

Nível	Poluentes e concentrações				
	SO ₂ µg/m ³ (média de 24 h)	Material particulado	CO ppm (média móvel de 8h)	O ₃ µg/m ³ (média móvel de 8h)	NO ₂ µg/m ³ (média de 1h)
	MP10 µg/m ³ (média de 24h)	MP2,5 µg/m ³ (média de 24h)			

Atenção	800	250	125	15	200	1.130
Alerta	1.600	420	210	30	400	2.260
Emergência	2.100	500	250	40	600	3.000

SO_2 = dióxido de enxofre; MP10 = material particulado com diâmetro aerodinâmico equivalente de corte de 10 μm ;

MP2,5 = material particulado com diâmetro aerodinâmico equivalente de corte de 2,5 μm ;

CO = monóxido de carbono; O_3 = ozônio; NO_2 = dióxido de nitrogênio

$\mu\text{g}/\text{m}^3$ = microgramas por metro cúbico; ppm = partes por milhão.

§1 Será declarado o Nível de Atenção quando, prevendo-se a manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão dos poluentes nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes, for excedida uma ou mais condições no Nível de Atenção na tabela do inciso I.

§2 Será declarado o Nível de Alerta quando, prevendo-se manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão de poluentes nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes, for excedida uma ou mais das condições a seguir enumeradas no Nível de Alerta na tabela do inciso I.

§3 Será declarado o Nível de Emergência quando, prevendo-se a manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão dos poluentes nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes, for excedida uma ou mais das condições a seguir enumeradas no Nível de Emergência na tabela do inciso I.

PROPOSTA PROAM/MPF/FURPA

Art. XXº Será criado um Sistema Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar, que promoverá a divulgação clara e transparente, de forma acessível à população, dos dados objeto de monitoramento.

(EXCLUÍDO O ART. INTEIRO NO 3º GT – SISTEMA NACIONAL NÃO PODE SER CRIADO POR MEIO DE RESOLUÇÕES DO CONAMA)

I – Compete aos órgãos estaduais de controle do meio ambiente, a divulgação diária, em sítio eletrônico, dos dados objeto de monitoramento.

II – Compete ao IBAMA, a divulgação anual, em seu sítio eletrônico, dos relatórios enviados pelos órgãos ambientais estaduais.

§1º Serão divulgados, diariamente, os quantitativos dos poluentes monitorados, em tabela que indique o valor aferido e o padrão de referência de cada poluente.

§2º Poderão ser divulgados, a critério dos órgãos ambientais competentes, índices qualitativos, desde que se esclareça a metodologia de qualificação adotada e respectivos valores de referência.

§3º Os órgãos de controle ambiental estaduais apresentarão ao IBAMA relatórios anuais de monitoramento da qualidade do ar, e das medidas adotadas, caso tenham ocorrido episódios críticos no período a que se refere o relatório.

PROPOSTA PROAM/MPF/FURPA

Art. XXº Ficam estabelecidos os níveis de qualidade do ar que caracterizam os episódios críticos de poluição do ar, visando a elaboração de plano de emergência com ações dos governos do estado, dos municípios, das entidades privadas e da comunidade com o objetivo de evitar graves e iminentes riscos à saúde da população.

(EXCLUÍDO NO 3º GT)

PROPOSTA PROAM/MPF/FURPA

Art. XX. Ficam estabelecidos os Níveis de Qualidade do Ar para elaboração dos Planos de Atenção e Emergência para Episódios Críticos de Poluição do Ar pelos Estados.

§ 1º Considera-se episódio crítico de poluição do ar a presença na atmosfera em curto período de tempo (24 horas) e em condições meteorológicas desfavoráveis à sua dispersão, das concentrações de poluentes determinadas no artigo 11.

§ 2º. Para execução do Plano de Atenção e de Emergência ficam estabelecidos dois níveis de concentrações de poluentes correspondentes: Atenção e de Emergência.

§ 3º Para a ocorrência de qualquer dos níveis enumerados serão consideradas as concentrações dos seguintes poluentes: dióxido de enxofre (SO₂), material particulado MP10 e MP2,5, monóxido de carbono (CO), dióxido de nitrogênio (NO₂) e ozônio (O₃), bem como as previsões meteorológicas e os fatos e fatores intervenientes, previstos e inesperados.

§ 4º As providências a serem tomadas a partir da ocorrência dos níveis de Atenção têm por objetivo evitar o atingimento do Nível de Emergência.

PROPOSTA PROAM/MPF/FURPA

Art. XX Durante o período em que perdurarem os Padrões de Qualidade de Ar Intermediários, será declarado o Nível de Emergência quando, prevendo-se a manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão dos poluentes nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes, forem excedidos os valores de concentração de poluentes equivalentes aos valores dos Padrões intermediários vigentes no momento.

PROPOSTA PROAM/MPF/FURPA

Art.12 Ao se atingir os Padrões Finais de Qualidade de Ar desta Resolução, será declarado o Nível de Atenção quando, prevendo-se a manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão dos poluentes nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes, for excedida uma ou mais das seguintes condições:

I - concentração de dióxido de enxofre (SO₂), média de 24 (vinte e quatro) horas, de 20 (vinte) microgramas por metro cúbico;

II - concentração de material particulado, MP10, média de 24 (vinte e quatro) horas, de 50 (cinquenta) microgramas por metro cúbico;

III - concentração de material particulado MP2,5, média de 24 (vinte e quatro) horas, de 25 (vinte e cinco) microgramas por metro cúbico;

IV - concentração de monóxido de carbono (CO), média de 8 (oito) horas, de 9 (nove) partes por milhão;

V - concentração de ozônio (O₃), média de 8 (oito) horas, de 100 (cem) microgramas por metro cúbico;

VI - concentração de dióxido de nitrogênio (NO₂), média de 1 (uma) hora, de 200 (duzentos) microgramas por metro cúbico.

PROPOSTA PROAM/MPF/FURPA

Art. 13 Será declarado o Nível de Emergência quando, prevendo-se manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão de poluentes nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes, for excedida uma ou mais das condições:

I - concentração de dióxido de enxofre (SO₂), média de 24 (vinte e quatro) horas, de 50 (cinquenta) microgramas por metro cúbico;

II - concentração de material particulado MP10, média de 24 (vinte e quatro) horas, de 80 (oitenta) microgramas por metro cúbico;

III - concentração de material particulado MP2,5, média de 24 (vinte e quatro) horas, de 40 (quarenta) microgramas por metro cúbico;

IV - concentração de monóxido de carbono (CO), média de 8 (oito) horas, de 20 (vinte) partes por milhão;

V - concentração de ozônio (O₃), média de 8 (oito) horas, de 160 (duzentos e quarenta) microgramas por metro cúbico;

VI - concentração de dióxido de nitrogênio (NO₂), média de 1 (uma) hora, de 400 (quatrocentos) microgramas por metro cúbico.

PROPOSTA PROAM/MPF/FURPA

Art. 13 O não cumprimento do disposto nesta Resolução sujeitará os infratores as sanções previstas nas Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008.

(TAXADO NO 3ºGT O NÃO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL JÁ É PREVISTO NOS INSTRUMENTOS CITADOS, NÃO HÁ NECESSIDADE DE CONSTAR EM RESOLUÇÃO POR ORIENTAÇÃO DA CTAJ)

Art. 14 O Ministério do Meio Ambiente deverá encaminhar ao CONAMA proposta de resolução estabelecendo um novo Programa Nacional de Qualidade do Ar, no prazo de até 12 meses após a publicação desta resolução.

PROPOSTA PROAM/MPF/FURPA

Novo Artigo XXX. O CONAMA deverá requerer ao Ministério do Meio Ambiente que no prazo de doze meses seja feita a criação de um Comitê de Acompanhamento e Avaliação do Programa Nacional de Qualidade do Ar.

PROPOSTA (4GT)

Art. 16 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CONAMA nº 3/1990 e os itens 2.2.1 e 2.3 da Resolução CONAMA 5/1989.

*4º GT - Revisão da Resolução CONAMA nº 03/1990 – Padrões de Qualidade do Ar
Versão Limpa 14 e 15/08/2017.*

ANEXO I

CONTEÚDO MÍNIMO PARA O RELATÓRIO ESTADUAL DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR

1. Descrição das características da região do estado e do Distrito Federal:
 - Condições Meteorológicas
 - Uso e ocupação do solo
 - Outras características consideradas relevantes
2. Descrição da rede de monitoramento
3. Poluentes Atmosféricos monitorados
4. Redes de Monitoramento
5. Tipos de Rede e Parâmetros Monitorados
6. Rede Automática
7. Rede Manual
8. Metodologia de Monitoramento
9. Metodologia de Tratamento dos Dados
10. Representatividade de Dados
11. Rede Automática
12. Rede Manual
13. Representatividade espacial das estações
14. Descrição das fontes de poluição do ar
15. Considerações gerais sobre estimativas de emissão de fontes móveis e fontes estacionárias
16. Apresentação dos resultados quanto aos poluentes
17. Medidas de gestão implementadas
18. Referências legais e bibliográficas